



**IIº SEMINÁRIO NACIONAL  
ESPAÇOS COSTEIROS**  
03 a 06 de junho de 2013

Eixo Temático 2 – Litoral Urbano: apropriação, usos e conflitos

## **TÓPICOS SOBRE A OCUPAÇÃO LITORÂNEA BRASILEIRA: O CASO DO EXTREMO SUL BAIANO**

Sírius Oliveira Souza  
Discente do Programa de Pós Graduação em Geografia – UFES  
biogeografia1@gmail.com

Eneida Maria Souza Mendonça  
Professora Associada da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)  
eneidamendonca@gmail.com

### **Resumo**

Toda sociedade se constitui por meio de um sistema espacial que evolui ao longo do tempo. Qualquer ação de incremento, avanço ou regresso desta se registrará no espaço. Uma leitura sobre a forma-função desse sistema pode desvendar dinâmicas, forças coercitivas e conflitos. Assim, analisar o litoral brasileiro significa analisar a complexidade sistêmica deste ambiente, sua singularidade e o intrincado processo de uso e ocupação. Este artigo trata da ocupação litorânea do Brasil, tendo como enfoque o Extremo Sul baiano. O principal objetivo é discutir sobre a ocupação litorânea da área, assim como esclarecer a vinculação e subordinação do espaço a forças econômicas externas. Para o levantamento de dados foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica de cunho histórico-social, tendo como procedimentos: criterioso levantamento de dados, através da análise de documentos, registros técnicos e demais materiais que indiquem a utilização da área. A análise dos dados pautada no referencial teórico esclarece e informa sobre a inexistência de equipamentos legislativos que ordenem e condicionem os limites legais de uso e ocupação do solo. Assim, o que tem norteado a ocupação e organização do ambiente urbano é o processo especulativo, irrestrito e degenerativo.

Palavras Chaves: Extremo Sul baiano, Ocupação, litoral.

### **1 Introdução**

Toda sociedade se constitui por meio de um sistema espacial que evolui ao longo do tempo. Qualquer ação de incremento, avanço ou regresso desta se registrará

Eixo Temático 2 – Litoral Urbano: apropriação, usos e conflitos

no espaço. Uma leitura sobre a forma-função desse sistema pode desvendar dinâmicas, forças coercitivas e conflitos. Assim, analisar o litoral brasileiro significa analisar a complexidade sistêmica deste ambiente, sua singularidade e o intrincado processo de uso e ocupação.

O litoral, como recorte particular para estudo e como base para o tratamento de políticas públicas, é uma realidade, tendo em vista a disposição à maior ocupação desta área, gerada, dentre outros fatores, por distintos méritos, tais como disponibilidade de recursos naturais, facilidade de acesso e acumulação histórica. Esses interesses se relacionam de forma intensa na produção do espaço, ora se integrando, ora competindo e oportunizando o surgimento de conflitos. Assim, o Brasil insere-se, historicamente, no processo de concentração produtiva e, conseqüentemente, populacional no litoral (MORAES, 2004).

O litoral da Bahia não diverge desta dialética, cabendo destaque para o Litoral Extremo Sul, cujo processo de uso e ocupação superpõe significativos elementos da realidade urbana da nação. A ocupação dessa faixa costeira, a partir da década de 1970, é marcada por intervenções de processos exógenos, empreendidos pelo governo e pelo capital, que provoca a valorização do espaço e a integração ao processo internacional de renovação da acumulação capitalista. Diante de tal questão, este artigo baseia-se em pesquisa bibliográfica de cunho histórico-social, tendo o objetivo de discutir sobre a ocupação litorânea do Extremo Sul baiano e suas respectivas potencialidades e susceptibilidades. Tal proposta sustenta-se pela hodierna necessidade em se repensar as formas instituídas de ocupação do litoral brasileiro (SOUZA *et al.* 2011).

## 2 Desenho Metodológico

Este trabalho adota como concepção teórica o método dedutivo proposto pelos racionalistas Descartes, Spinoza e Leibniz que se fundamentam na perspectiva de propor a solução de problemas científicos por intermédio de cadeias de raciocínio em ordem descendente, baseadas na análise do geral para o particular (LAKATOS; MARCONI, 2002).

Eixo Temático 2 – Litoral Urbano: apropriação, usos e conflitos

Para atender o objetivo proposto, realiza-se uma pesquisa bibliográfica seguindo as seguintes etapas:

– Criterioso levantamento bibliográfico acerca dos principais autores incluídos na temática da pesquisa, análise de obras através de diversas leituras, fichamentos e resenhas críticas. Tendo como base reflexiva a ocupação do litoral baiano.

– Levantamento de dados, através da análise de documentos, registros técnicos e demais materiais de cunho histórico-social que indiquem a utilização dos territórios pertencentes a região estudada.

– Análise e discussão dos resultados obtidos por meio da crítica subjetiva e construção de conexões.

### 3 Caminhos Conceituais

Metaforicamente iniciando uma passagem pela zona costeira brasileira, apresenta-se a seguir a apreciação dos resultados obtidos por meio da análise subjetiva e construção de vinculações. Com o intuito de que a paisagem visualizada na linguagem escrita possa iluminar pensamentos posteriores a cerca desta temática.

#### 3.1 Caminhando pelo Brasil

Partindo do conhecimento de que, em todos os espaços coloniais americanos, o colonizador europeu primeiramente abordou os territórios por via marítima, entende-se porque as zonas litorâneas foram as primeiras a instituírem núcleos de povoamento. Assim, todos os fluxos de conquista do Novo Mundo partiram de centros de difusão ajustados na costa em direção a hinterlândia. Esse padrão recorrente de conformação territorial é denominado pelo professor Antônio Carlos Robert de Moraes (2007, p.32) como ocupação de bacia de drenagem:

... pois reproduz um desenho na estruturação da rede de circulação no qual todos os caminhos demandam um eixo principal, e este finaliza seu percurso num porto marítimo (geralmente situado numa baía ou em um estuário) [...]

Eixo Temático 2 – Litoral Urbano: apropriação, usos e conflitos

Tal conceito ilustra a organização territorial existente, baseada na drenagem dos recursos naturais e carregamento dos mesmos em direção a um espaço pontual situado na zona costeira brasileira. A ocupação por bacia de drenagem ratifica a subordinação dos espaços colonizados pelas metrópoles ibéricas. Diante desta dependência econômica imposta pelos circuitos externos, os sítios portuários litorâneos coloniais eram qualificados positivamente frente às vantagens locais que eles proporcionavam. Assim, a formação territorial do Brasil reproduz este padrão colonial de ocupação e pode ser comprovada ao analisarmos os primeiros assentamentos lusitanos em terras brasileiras, que, em sua grande maioria, localizaram-se, na zona costeira. (MORAES, 2007).

O litoral brasileiro foi povoado num padrão descontínuo, com alguns núcleos de assentamentos pontuais, intrinsecamente relacionados à polarização portuária, que por sua vez, é condicionada à extensão e produtividade de ganhos e carregamentos em matéria prima. Assim, os portos que serviam aos circuitos de produção mais importantes acabam por gerar zonas de adensamento em seus entornos, originando as primeiras redes de cidades, embriões dos sistemas regionais posteriores. Tais cidades localizavam-se comumente nos entroncamentos das passagens, servindo a função de armazéns intermediários drenados pelo porto principal (MORAES, 2007).

No período colonial, destacaram-se alguns pontos de adensamento e núcleos pontuais de assentamento, conformando um verdadeiro arquipélago demográfico. Destes, segundo Moraes (2007, p.34) os conjuntos mais expressivos da ocupação litorânea, foram os seguintes:

- [...] Litoral oriental da zona da mata nordestina- Zona produtora de açúcar, com ramificações na hinterlândia, através da pecuária e da agricultura de abastecimento.
- Litoral Paulista - Área polarizada por Santos/Vicente, que por sua vez se articulam com o sistema paulistano no planalto.
- Litoral Fluminense – Zona de produção e abastecimento para as grandes mineradoras, destacando-se também a agricultura canavieira e produção de aguardente.
- Recôncavo Baiano – Zona articulada entre amplos circuitos internos referentes à pecuária e mineração. Também produtora de açúcar [...].

Eixo Temático 2 – Litoral Urbano: apropriação, usos e conflitos

No decorrer do século XIX, as locações deliberadas pela composição colonial perenizaram-se, acompanhando a continuidade no modelo de acumulação vigente, embasado na saída de produtos primários. Os núcleos das zonas de adensamento cresceram sucessivamente, alguns centros regionais também, enquanto outros decaíram ou resistiram paralisados, ao sabor dos circuitos das economias regionais externas. A partir de meados do século passado, a instalação de uma malha ferroviária, sedimentou as necessidades locacionais existentes, reforçando a centralidade das grandes aglomerações em regiões portuárias (MORAES, 2007).

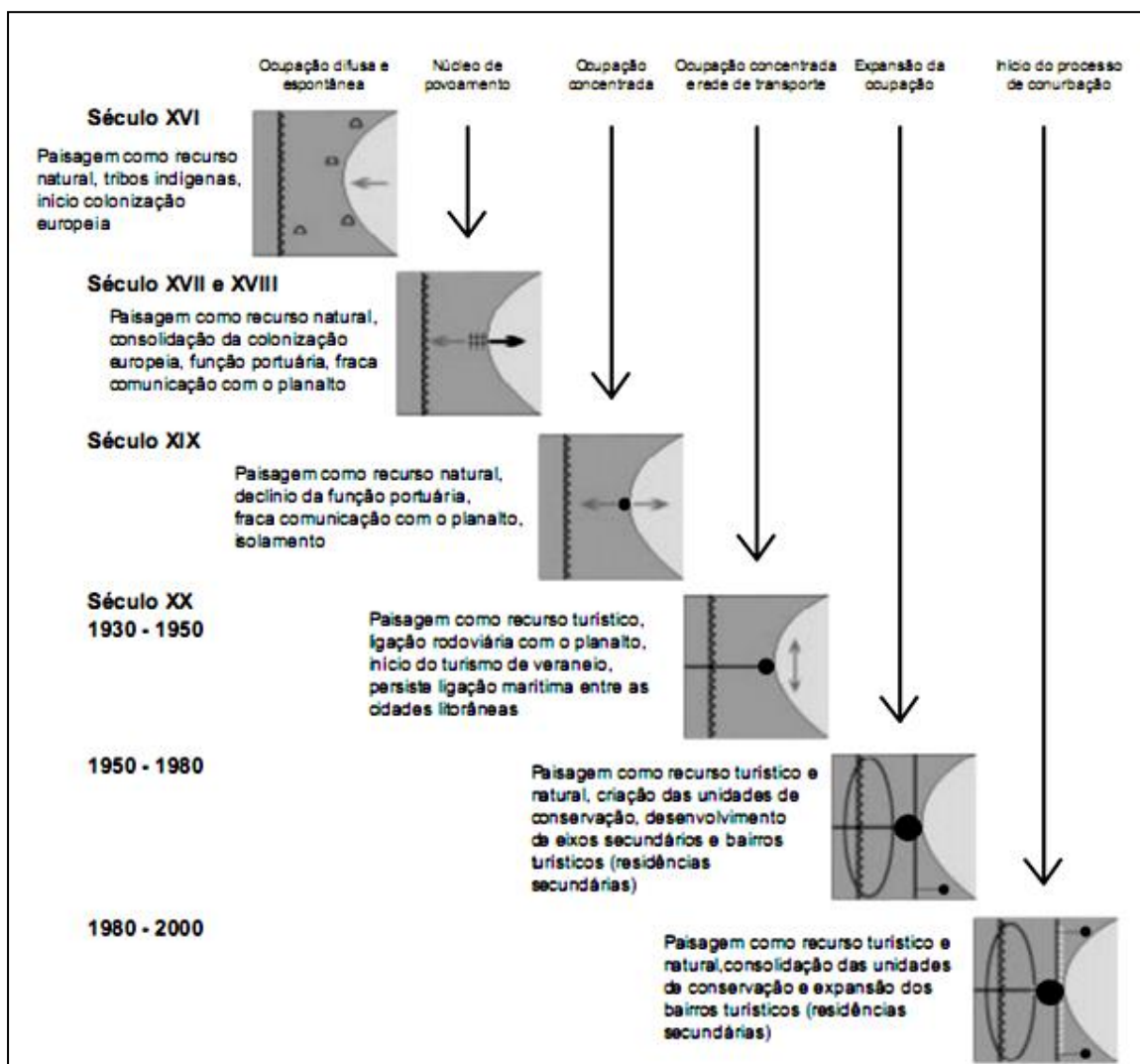
A partir da primeira metade do século XX, o isolamento das regiões começou a ser transposto com a construção dos eixos rodoviários entre cidades litorâneas e cidades interioranas. O isolamento regional declinou e o fluxo turístico se iniciou. Já no final da década de 50, acompanhou-se uma grande mudança no ritmo de ocupação da costa. Com a consolidação do domínio econômico urbano-industrial, o território brasileiro ultrapassou o antigo estágio industrial baseado na substituição de importações ancorando-se agora, massivamente no capital transnacional (PANIZZA, et al. 2009).

Assim, vários setores industriais ligados ao transporte marítimo, seja na importação de insumos ou na exportação da fabricação, tenderam a localizar suas plantas industriais próximas a sítios portuários. A elaboração de celulose e cavaco, o processamento mineral, o beneficiamento de soja, são exemplos de setores industriais de clara índole litorânea. A ocorrida instalação de vários desses ramos proporcionou a criação de alguns complexos industriais de porte na zona costeira brasileira, como é o caso de Cubatão/SP e Camaçari/BA. (PANIZZA, et al. 2009).

Desta forma, a figura (01) ilustra os diferentes formatos de uso e ocupação litorânea no Brasil ao longo do tempo, partindo de uma ocupação lenta e espontânea das tribos autóctones no século XVI até o atual processo de ocupação assinalado pela intersecção de materialidades e intenções econômicas. Observa-se que nas duas últimas décadas a urbanização contemporânea caracteriza-se por duas tendências diversas: centralização e dispersão, que estariam a se desenvolver de forma complementar. Enquanto o movimento de centralização dá origem a um tecido urbano conexo e ininterrupto, com áreas rurais e urbanas bem definidas, a dispersão

Eixo Temático 2 – Litoral Urbano: apropriação, usos e conflitos

caracteriza-se por uma extensão prolixa das indústrias e atividades produtivas no território e por uma reprodução de núcleos e aglomerações urbanas, dando origem, assim, a um tecido fragmentado, marcado pela descontinuidade de usos e de atividades



(LIMONAD, 2008).

Figura 01 – Evolução da ocupação litorânea no Brasil.  
 Fonte: PANIZZA, A.C. et al. 2009

De acordo com os dados do censo de 2010, o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA (2012) divulgou que na última década, os municípios litorâneos tiveram aumento de população com taxa média de 1,36% ao ano. Tal valor

Eixo Temático 2 – Litoral Urbano: apropriação, usos e conflitos

se encontra acima do percentual médio brasileiro que é de 1,17%. Conforme o estudo, os municípios litorâneos, de 2000 a 2010, passaram de 33.003.999 habitantes, no Censo passado, para 37.781.658 habitantes, neste. Tais dados confirmam uma dinâmica de crescimento populacional mais intenso, não apenas nas metrópoles, mas também nas cidades médias, de fronteira litorânea, se comparadas ao interior dos estados.

As diferenças entre os Estados brasileiros são muitas e dizem respeito não só ao aspecto demográfico, mas também à grande diversidade de ecossistemas e ao desenvolvimento econômico, nível de renda e capacidade gerencial das administrações. Em um olhar mais delineado, pode-se acrescentar a esses fatores, a diversidade sociocultural e o processo histórico da ocupação, que singularizam não só o litoral de cada estado, mas cada lugar em especial. Assim, pesquisar o litoral brasileiro justifica-se como uma intervenção geográfica, seja pelas peculiaridades naturais, seja pelas constitutivas formas de uso e ocupação (MORAES, 2004; LIMONAD, 2008).

Sobre a disseminação urbana do Brasil, a professora Ester Limonad esclarece ao afirmar: ( 2008, p.03):

[...] Essa dispersão urbana no litoral brasileiro caracteriza-se, via de regra, pela disseminação de condomínios e loteamentos fechados desde a costa do Nordeste até o Rio Grande do Sul. A essa ocupação dispersa soma-se, nos últimos anos, a implantação de *resorts* internacionais. Em parte, isso se tornou possível graças à implementação de programas federais (*Brasil em Ação* (Brasil, 1996) e *Avança Brasil* (Brasil, 2000)) desencadeados na década de 1990 com a meta de tornar o país competitivo e articulá-lo aos fluxos globais [...]

É consenso entre os pesquisadores que a implementação desses programas contribuiu para a modernização de aeroportos das cidades litorâneas e para a implantação de estradas e infraestruturas em áreas litorâneas antes ocupadas apenas por pequenas comunidades tradicionais. Áreas antes inacessíveis, subitamente tornaram-se acessíveis. Despertando o apetite de diferentes capitais, que passaram a



disputar por essas localizações. Resulta daí uma multiplicação desordenada de bolhas turísticas internacionais e a exclusão social dos antigos habitantes.

Desde meados da década de 1990, tem se fortalecido a ocupação da costa brasileira, em particular no litoral do Nordeste. Graças a recursos do governo federal e do Banco Interamericano de Desenvolvimento foram realizados investimentos em infraestrutura de abastecimento, saneamento básico, transportes terrestres e aeroportuários, canalizados em parte através do Programa de Desenvolvimento do Turismo I e II (PRODETUR) implementado inicialmente pelos Programas Brasil em Ação e Avança Brasil, durante as duas gestões do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002) (LIMONAD, 2008).

A iniciativa do PRODETUR, assim como outros programas de gerenciamento costeiro, como o Projeto Orla (Brasil, 2004/2006), teve seguimento com o Programa Brasil de Todos e com o Plano de Ação Acelerada, implementados respectivamente durante o governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010). Assim, a despeito da mudança de viés político na esfera federal, e até mesmo em alguns casos na esfera estadual, manteve-se a dinâmica de ocupação extensiva da orla litorânea (LIMONAD, 2008).

O Brasil possui 17 estados litorâneos, que somam mais de oito mil quilômetros de fronteira marítima. Dentre os estados litorâneos, a unidade federal Bahia se destaca ao possuir o maior litoral do país, com aproximadamente 1.183 km de extensão, com elevado potencial socioeconômico comprovado pela densa ocupação populacional, ampla utilização agropecuária, alta demanda turística, presença de bacias sedimentares e corpos alcalinos economicamente exploráveis, etc.

Além disso, segundo Kainara Lira dos Anjos (2005) o litoral baiano começa a ser “vendido” como o Novo Caribe, o Novo Mediterrâneo, a Nova Flórida. As iniciativas isoladas dos governos estaduais resultam num significativo aumento dos fluxos, tanto da demanda interna, como da demanda externa e começam a se tornar importantes os capitais estrangeiros injetados no setor, na forma de construção de hotéis e resorts (IBGE, 2012). Dentre as regiões litorâneas baianas receptoras de capital internacional e demarcadas pelos expressivos contrastes socioambientais opta-se por estudar de maneira especial o litoral Extremo Sul Baiano. Tal opção justifica-se



pelas desmedidas transformações no uso e ocupação das terras nesta área, sem considerar os níveis de fragilidade ambiental acentuando os problemas ambientais, assim como pela inexistência de estudos que integrem os sistemas naturais aos sistemas antrópicos no planejamento territorial da zona costeira.

### 3.2 Ocupação no Extremo Sul da Bahia

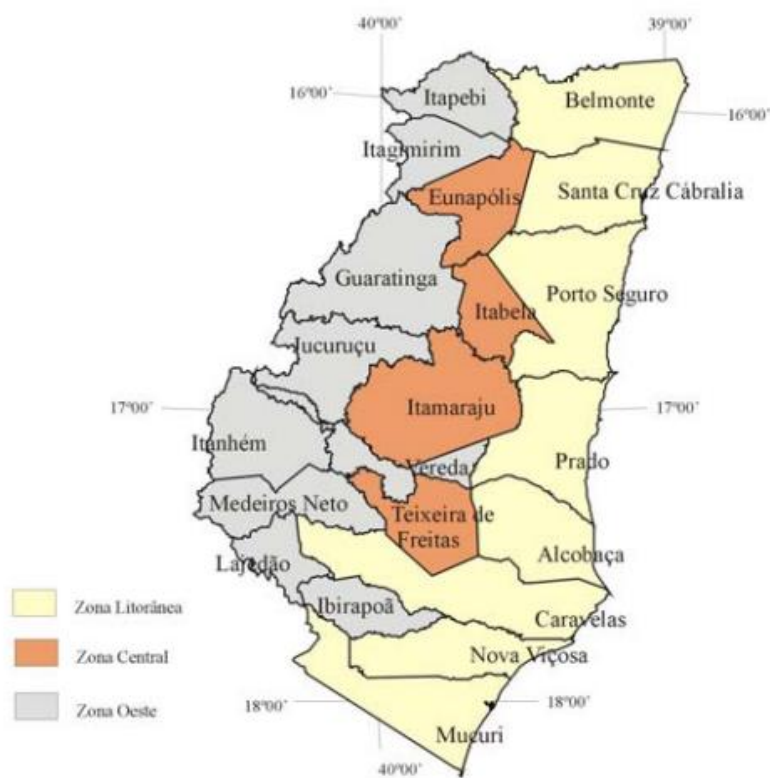


Figura 02 – Região Extremo Sul da Bahia  
Fonte: FONTES; SILVA, 2005.

Segundo Fontes & Silva (2005, p.03):

...O Extremo Sul da Bahia atualmente é constituído, por um perfil heterogêneo que nos permite distinguir três zonas com diferenças significativas entre si, a Litorânea, a Central e a do Oeste, (Figura 2) constituídas em períodos históricos específicos e em torno de velocidades socioeconômicas distintas[...]

Eixo Temático 2 – Litoral Urbano: apropriação, usos e conflitos

De acordo com os mesmos autores a zona central é a mais povoada, pois reúne três dos municípios mais populosos da região, Teixeira de Freitas, Eunapólis e Itamaraju. Tal informação é confirmada pelas recentes atualizações demográficas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012). Pelas características locais e pelas dificuldades de deslocamento da população, o povoamento na região central ocorreu do litoral para o interior, caracterizando um povoamento disperso, escasso, e de certa forma isolado das outras sub-regiões do estado. Tal isolamento perdurou até a abertura da rodovia translitorânea (BR 101) na década de 70, processo que contribuiu com a abertura comercial da região. Nesta ocasião, deu-se início ao ciclo de extração e exportação de madeiras nobres, suscitando centros madeireiros de relativa expressão. Na região predominam as atividades industriais do ramo madeireiro aliadas também à pecuária extensiva e semi extensiva.

Os municípios da zona Oeste, menos povoada da região, possuem baixa densidade demográfica e economia fundamentada no cultivo do cacau, café e cuidado pecuário. Toda região transpõe um grande movimento de inserção da agricultura moderna na década de 80, devido à chegada de colonos japoneses, contribuindo, sobretudo com a fruticultura. Assim, a cultura do mamão se difundiu pelos municípios, notadamente na área mais ao sul. Tornando os municípios participantes importantes produtores (FONTES; SILVA, 2005).

Os municípios da zona Litorânea têm a narrativa mais remota no que se refere ao povoamento do país. Pode-se alegar que o processo de ocupação desta sub-região se enleia com o próprio povoamento do Brasil via capitânicas hereditárias, considerando que, todo o espaço correspondente aos municípios da sub-região pertenceu à Capitania de Porto Seguro, uma das cinco que deram origem ao atual Estado da Bahia. Tais municípios são reconhecidos pelos ricos atrativos naturais e registros do passado colonial, o que tem estimulado suas cidades para o desenvolvimento de atividades turísticas, que cresceram com a melhoria do sistema viário regional. Estes integram hoje o mais importante pólo turístico do litoral extremo sul baiano, e o segundo em fluxos de visitantes no Estado. O turismo vem sendo impulsionado também nos municípios pertencentes ao litoral sul através do Programa de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR/BA, desde os anos 90 (FONTES; SILVA, 2005).

Eixo Temático 2 – Litoral Urbano: apropriação, usos e conflitos

É evidente que o processo de desenvolvimento e ocupação de todo o Extremo Sul baiano, devido a sua localização e configuração física, ocorreu de forma lenta e assistemática. Passando por momentos de acréscimo populacional e também decréscimos. Ao analisarmos os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) percebemos que a região abrigava em 1980 cerca de 260 mil habitantes, no entanto tal número reduz para pouco mais de 164 mil pessoas em 1991. Ou seja, um crescimento negativo de 3,34% ao ano. Descartando a hipótese de se retratar um fenômeno migratório, segundo o Relatório do Macrozoneamento Costeiro da Região Sul da Bahia (1996) essa redução foi devido ao processo de desmembramento de populosos povoados, que passaram à condição de municípios, saindo dos limites da Sub-região.

O processo de ocupação do litoral extremo sul carece de políticas sociais específicas e urgentes para o campo, que priorizem a permanência das famílias que ali se encontram. Mesmo nos municípios de menores taxas de urbanização, a pressão demográfica sobre o espaço urbano é determinado na organização territorial, cuja lógica vem ocorrendo mediante o desdobramento de um padrão urbano desigual .

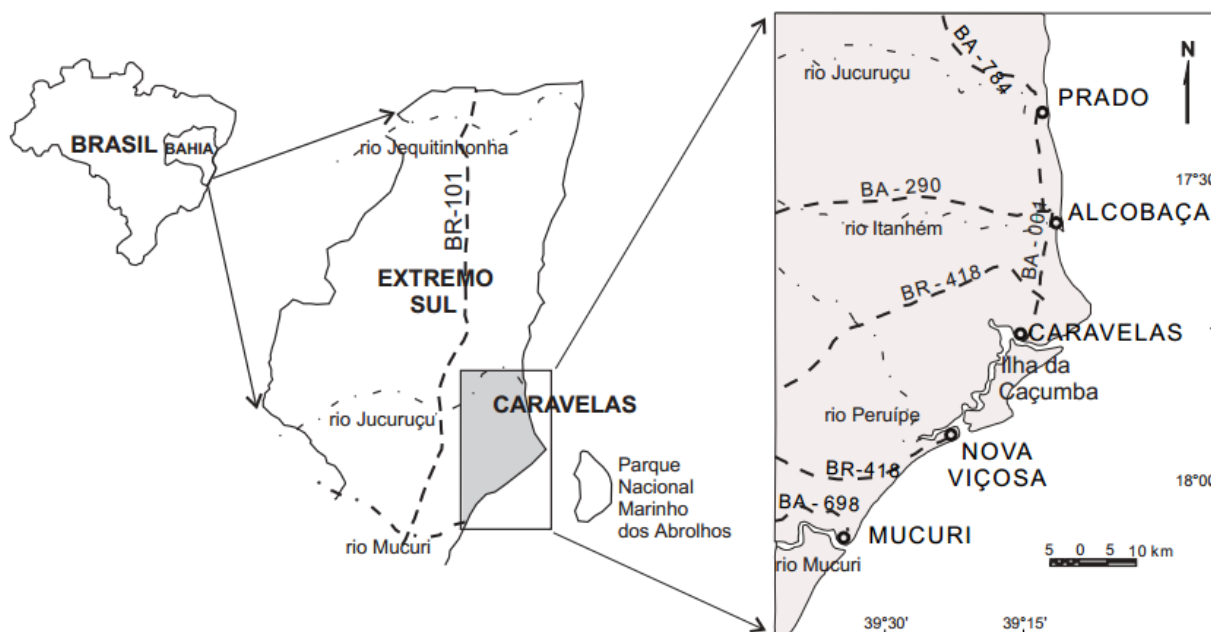


Figura 03 - Localização dos municípios litorâneos do Extremo Sul da Bahia.  
Fonte: Andrade e Dominguez, 2002.

Eixo Temático 2 – Litoral Urbano: apropriação, usos e conflitos

A urbanização dos municípios litorâneos do Extremo Sul baiano ( Figura 03), tem se dado através da expansão de bairros periféricos, incorporados à mancha urbana sem qualquer planejamento. Em virtude de ser um processo ainda em expansão, essas áreas periféricas se caracterizam pelo alto incremento demográfico, baixo nível de renda, sérios problemas de infraestrutura e péssimas condições de saúde e educação, com tendências a ampliar substancialmente os danos até agora provocados e a comprometer o futuro social e ambiental do lugar e até mesmo a chamada vocação turística, que poderá estar ameaçada com índices de pobreza, miséria e degradação do ambiente (MACROZONEAMENTO, 1996).

Conflitos e contradições são suscitados com a energização dos empreendimentos turísticos nestas áreas, onde: Espaços tranquilos, de um tempo lento são transformados em espaços abstratos pasteurizados, imateriais. Espaços impessoais adequados para um consumo internacional indiferenciado (LIMONAD, 2008, p.3). Sobre isso, Andrade (2004) ressalta a importância das relações entre interesses diversos para a compreensão da realidade: Pode-se afirmar que todos os problemas socioambientais são formas de conflitos sociais entre interesses individuais e coletivos, envolvendo a relação natureza-sociedade (ANDRADE, et al. 2004, p.100).

Sobre a ocupação do litoral extremo sul baiano, Maria de Lourdes Costa Souza (2011, p.2) considera enquanto ícones desse processo três novas atividades externas à região, implantadas por diferentes empresas nacionais e internacionais, com o incentivo efetivo ou mesmo com o planejamento governamental, são elas:

[...] A imobiliária, através da ocupação da terra por parcelamentos para fins de segunda residência ou veraneio ou para especulação; A ocupação da terra para o reflorestamento homogêneo visando suprir demanda energética externa à região e produção de papéis e, finalmente, a ocupação da terra pelos interesses imobiliários articulados com os operadores do turismo, também vinculados, às forças hegemônicas interessadas na reprodução do capital. [...]

Atualmente, a ocorrência de ocupações em ambientes de preservação ambiental ou em áreas públicas desvalorizadas afronta a ideia de desenvolvimento urbano

Eixo Temático 2 – Litoral Urbano: apropriação, usos e conflitos

sustentável, e se constitui em exemplos de modelos e processos inadequados econômica, social e ambientalmente. A inexistência de planos diretores (em muitos desses municípios) e tampouco de definições e limites legais de uso e ocupação do solo contribuem para a permanência desses processos de ocupação inadequada. Assim, o que tem norteado a ocupação e organização do ambiente urbano é o processo especulativo, irrestrito e degenerativo frente à ausência de medidas legais reguladoras. Visto que com a finalidade de particularmente encontrar soluções, principalmente econômicas, para seus problemas, o poder público municipal tem, na maioria das vezes, se ausentado da responsabilidade de gestar o espaço urbano das cidades.

Percebe-se que as mudanças ocorridas na dinâmica econômica mundial, principalmente nas duas últimas décadas do último século, desencadearam modificações nos processos de produção e reprodução do espaço. Essas alterações se refletem na (re) produção sócio-espacial da cidade que tem como resultado o agravamento da segregação espacial (CARLOS, 1996). Deve-se ter claro que o crescimento da economia pouco significa se não contribuir para a redução das desigualdades sociais e regionais, resultando na melhoria da qualidade de vida da população.

Trata-se de um amplo desafio, sobretudo quando se pondera a população do Extremo Sul da Bahia (760.242 habitantes em 2010), a vasta extensão do território (30.647 km<sup>2</sup>) e o fato de que mais de 42,85% deste encontram-se na zona litorânea, que concentra um contingente de 290.280 mil pessoas, equivalente a praticamente 43,20% da população da região (SEI, 2011).

#### **4 Considerações Finais**

A pesquisa demonstra que a ocupação da área de estudo se processou vinculada e subordinada a interesses externos, através de estratégias articuladas entre os interesses privados e os do Estado, inserida na totalidade da região costeira do Litoral Extremo Sul da Bahia e na problemática da ocupação do litoral brasileiro. A conclusão a cerca das desigualdades e dinâmicas regionais do Extremo Sul da Bahia, sua evolução, problemas que a determinaram e os que ainda a determinam, indicam que

Eixo Temático 2 – Litoral Urbano: apropriação, usos e conflitos

alguns municípios vêm perdendo gradativamente sua posição em termos sociais e econômicos.

Na Bahia assim como no Brasil a equalização das condições de infraestrutura e de bem-estar permanecem, portanto, no rol das demandas de primeira necessidade. São elas que podem conduzir a um novo modelo de desenvolvimento regional não apenas mais equilibrado, mas também alicerçado em bases locais, sólidas e seguras, lutando sempre contra a tendência já esboçada de reconcentração produtiva e exacerbação das desigualdades de renda interestaduais e intermunicipais.

Esse de fato é o ápice da questão. Não se trata apenas de um mero problema técnico, da falta de planejamento ou da ausência de mecanismos de regulação, mas de uma opção em relação a que tipo de urbanização se deseja. Essa é uma decisão a ser tomada pelo conjunto da sociedade organizada, e não de forma fragmentada e autonomizada, privilegiando interesses localizados. A decisão deve atender a articulação entre as escalas, com especial atenção à regional e à local, em que se opte por formas de urbanização e ocupação territorial equilibradas e justas.

## Referências

ANDRADE, J. C. S.; RIBEIRO, M. T. F.; GÓES, M. de F. B. e VARGENS, E. da C. Regulação de conflitos socioambientais: efluentes do complexo Costa de Sauípe-BA. In: **E&G Economia e Gestão**, Belo Horizonte, v.4, n.8,p.98-120, 2004. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br>, acesso em 23 Jul. 2012.

ANDRADE, A.C.S. & Dominguez, J.A.L. 2002. Informações geológico-geomorfológicas como subsídios à análise ambiental: O exemplo da planície costeira de Caravelas - Bahia. **Boletim Paranaense de Geociências**, 51: 9-17

ANJOS, K. L. dos. **Turismo em Cidades Litorâneas e Seus Impactos Ambientais Urbanos: O Caso De Porto De Galinhas**. 2005. 222f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano). Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife/PE.

CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. S. Paulo: EDUSP, 1996.

FONTES, E., de. O.; MELLO E SILVA, S. C. B. de. **Desigualdades regionais no Extremo Sul da Bahia: Desafios e oportunidades**. Disponível em:



**IIº SEMINÁRIO NACIONAL  
ESPAÇOS COSTEIROS**  
03 a 06 de junho de 2013

Eixo Temático 2 – Litoral Urbano: apropriação, usos e conflitos

<<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaregional/13.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2012.

**IBGE. Resultados preliminares do universo do Censo Demográfico 2010.**

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIMONAD, E.. "Você já foi à Bahia, nêga? Não! Então vá! Antes que acabe...". Planejamento, urbanização e turismo no litoral do Nordeste brasileiro, tendências e perspectivas. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales.* Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2008, vol. XII, núm. 270 (55). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-270/sn-270-55.htm>> Acesso em 10 Ag. 2012

MACROZONEAMENTO Costeiro Região Sul da Bahia: Sub-Região Extremo Sul: perfil socioambiental. V.5 dez 1996

MORAES, A. C. R.. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil:** elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Annablume, 2007.

\_\_\_\_\_. **Bases da formação territorial do Brasil:** O território brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: HUCITEC, 2000.

\_\_\_\_\_. Classificação das Praias Brasileiras por níveis de ocupação. In: BRASIL. **Projeto Orla** - Subsídios para um Projeto de Gestão. v.3. p. 33-64. Brasília: Ministério do Meio Ambiente - Governo Federal, 2004.

PANIZZA, A. C.; ROCHA, Y. T.; DANTAS, A.. **O litoral brasileiro:** exploração, ocupação e preservação – um estudo comparativo entre regiões litorâneas dos Estados de São Paulo e Rio Grande do Norte. Ra'ega, Curitiba, n. 17, 2009. Disponível

Em >><http://confins.revues.org/document3473.html>>> Acesso em 10 Ag. 2012

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Anuário estatístico da Bahia.** V. 1. Salvador: SEI .2011.

SOUZA, M. de L. C.; GERMANI, G.; SOUZA, E. R. L. C. **Conflitos de Interesses na Produção do Espaço na Área Costeira do Litoral Norte da Bahia** Artigo Anais do Iº Seminário Espaços Costeiros 2011. Disponível em:

<http://www.geografar.ufba.br/site/main.php?page=bib-publicacoes> << Acesso em 10 Ag. 2012